

Copiar o melhor de nós mesmos para sermos melhores

A discussão em torno do “ensino profissional” regressou à ribalta e pelas piores razões. Por um lado, porque há informações e artigos de opinião que baralham e confundem as pessoas, com informação incorreta e que em nada cuida da valorização do ensino profissional e, por outro, porque o Governo vem criar um novo “ensino vocacional” definindo-o como penalização para os adolescentes com várias reprovações até ao início do 3º ciclo. Vejamos os dois assuntos.

Em primeiro lugar: fala-se de ensino profissional a propósito de tudo e de nada, de modo incorreto. O “ensino profissional”, em Portugal, foi criado em 1989, em novas escolas profissionais, e refere-se apenas à oferta de cursos profissionais após a conclusão do 9º ano de escolaridade (cursos técnicos, de três anos de duração, equivalentes ao ensino secundário geral).

Chamar ensino profissional aos “Cursos de Educação Formação” ou aos cursos que o Governo quer introduzir no 3º ciclo (que, aliás, apelida de “ensino vocacional”) é errar e participar ativamente na confusão. Pior: ao misturar o ensino secundário profissional com este tipo de alternativas de recurso para a conclusão do ensino básico, estamos a condenar a imagem do ensino profissional, uma imagem conquistada ao longo de mais de vinte anos e que já sofreu várias deteriorações com a criação apressada destes cursos em algumas escolas secundárias (felizmente nem todas) e que deles fizeram o “caixote do lixo” da oferta da escola (que, no fundo, se revêem a si mesmas como antigos liceus elitistas!).

Nem os jornalistas nem os “fazedores de opinião” se podem desculpar com quaisquer argumentos; têm de saber do que estão a falar, têm de se informar convenientemente, têm de comunicar corretamente as medidas e os factos. Nada do que se escreve ou comunica nos media é inócuo ou neutro. Se não têm esse cuidado e dever estão a ser coniventes com processos mais ou menos ocultos que servem interesses claros na sociedade portuguesa: cristalizar as suas desigualdades sociais, tomar uma posição classista e culturalmente elitista e patrocinar o fechamento dos grupos sociais e culturais sobre si mesmos, o que só pode conduzir à injustiça e ao ódio.

O artigo assinado no Público por Santana Castilho, em 29 de Agosto, é um bom (porque péssimo) exemplo do que acabo de referir. Intitula o seu artigo “o ensino profissional é um logro” e, no texto, fala dos Cursos de Educação e Formação e do propriamente dito “ensino profissional”, embrulhando tudo em: um “engano para os jovens, um martírio para os professores, ...e um desperdício de tempo e recursos para todos”. Nem mais nem menos.

Seria bom que conhecesse um pouquinho acerca do percurso do ensino profissional, das escolas profissionais e dos seus alunos e, se esse sentido da realidade existisse, nunca poderia produzir estas afirmações gratuitas e incorretas. Ao dizê-lo deste modo, e no meio onde o diz, está a contribuir claramente para inquirar um debate e para estigmatizar uma opção que é fundamental que exista no nosso sistema de ensino e que deve funcionar o melhor possível e ser o mais possível socialmente prestigiada. E este prestígio social é tarefa de todos, ou seja, começa em cada um, desde a informação que recolhe, às palavras que usa e ao modo como comunica.

O ensino profissional tem os seus problemas, que sabemos que não são maiores dos que tem o ensino secundário geral. Este é, atualmente, o maior gerador de insucesso e frustração entre os adolescentes e jovens, um escândalo bem escondido. O nosso sistema educativo, inserido na sociedade que somos, apresenta fragilidades enormes, como sabemos. Mas para melhorarmos este estado das coisas, é preciso que o mereçamos, ou seja, temos de trabalhar e muito, todos os dias, para isso. E não é isso o que vemos todos os dias. E aqui está, infelizmente, mais um exemplo! Os contributos do ensino profissional para melhorar o nível secundário de ensino e formação têm sido imensos e muito publicamente reconhecidos, talvez valha a pena aproveitá-los e seguir para diante com dinâmicas de melhoria contínua.

A este propósito ainda uma outra nota: os media comunicaram acriticamente (sem qualquer memória dos factos) que o Ministro anunciou a nova meta dos 50% dos jovens do nível secundário no ensino profissional. Esta meta vem de 1990, ou seja, já tem uns anitos! Quando o ensino secundário foi reformulado, em 1989, configurando-se o modelo que ainda hoje subsiste, começou-se a apontar para este valor, com base em estudos efectuados junto da população escolar que concluía o 9º ano, tendo em conta a capacidade de oferta das escolas e o tipo de desenvolvimento socioeconómico do país. Não se trata pois de um valor que foi estimado por ser redondo. Vários ministros a ele foram regressando ao longo dos últimos vinte anos, sempre os 50%!

Hoje, não sei o que fundamenta esta meta, mas já existem mais de 40% dos jovens neste tipo de ensino de nível secundário. O país mudou bastante, as expectativas dos adolescentes também e o ensino superior reconfigurou-se muito após 1990. O importante, a meu ver, será criar as condições adequadas, em cada escola secundária e profissional, para que os adolescentes possam escolher e realizar um percurso de formação com qualidade, que contribua efetivamente para a sua formação e realização pessoal, primeiro passo para uma boa inserção socioprofissional (o grande drama dos dias de hoje!). No fim, se forem 47 ou 59 por cento os que frequentam o ensino geral ou o ensino profissional, isso pouco importa, face ao essencial.

A criação dos cursos do “ensino vocacional” no terceiro ciclo insere-se num velho e importante debate que existe (pouco aprofundado) entre nós sobre quais são e o que são as dificuldades de aprendizagem dos alunos e sobre os modos mais justos, pertinentes e eficazes de as ultrapassarmos, ainda em ambiente de aprendizagem escolar e de “escolaridade obrigatória” (agora alongada até ao nível secundário e ao 12º ano).

Existe uma corrente que advoga que diante destes alunos com dificuldades de aprendizagem o melhor é separá-los e cuidar de lhes oferecer imediatamente um outro tipo de formação (na mesma escola ou em outras escolas específicas); as formações vocacionais ou profissionalizantes surgem historicamente, na Europa, como o expediente mais à mão (um erro que se tem pago caro, mormente no que se refere à imagem social do ensino profissional). Se não conseguirem mesmo assim aprender, então vão para a rua, esgotadas que estão (dizem) todas as possibilidades do sistema. Há quem advogue, por outro lado, que estes alunos devem permanecer nas suas escolas e que lhes devem ser oferecidos mecanismos de recuperação das suas dificuldades de aprendizagem. E aqui há

inúmeros caminhos que se podem percorrer e que podem passar também por práticas oficinais e aprendizagens mais práticas, manuais ou não, de projeto e de ligação ao contexto social local.

O nosso país tem seguindo, desde o fim dos anos sessenta do século passado, uma prática política de eliminação progressiva de vias profissionais autónomas antes do 9º ano, tendo seguido um percurso errático e pouco amadurecido sobre o que fazer no 3º ciclo, diante do facto indesmentível (mas que a cegueira ideológica de muitos não quer ver) de que oferecer o mesmo “menu” educativo a todos, entre os 13 e os 15 anos, não pode corresponder a oferecer o melhor a cada um. Criaram-se Vias Opcionais do Ensino Vocacional, no 9º ano, a Educação Tecnológica, os Currículos Alternativos, os Cursos de Educação e Formação, entre outras medidas. Agora surge também e de novo o “ensino vocacional” no 3º ciclo, apresentado como a penalização para os alunos com mais reprovações na sua trajetória escolar anterior.

As práticas de colocar a 5 de Outubro e o Diário da República a resolver os problemas de aprendizagem dos alunos das nossas escolas são, também elas, históricas e remontam às piores tradições jacobinas, burocráticas e centralizadoras da nossa administração pública. Além da dissipação estúpida de energias e de inestimáveis recursos comuns, esta prática ainda mais neutraliza e gera inação entre os professores a nas direções das escolas; eles e elas é que têm de reunir, debater, decidir, implementar e avaliar; eles e elas é que sabem, eles é que são os profissionais competentes para o fazer. Os professores, reunidos nos competentes órgãos de gestão pedagógica das escolas, em cooperação com os atores sociais mais adequados, a começar pelas famílias, deverão ter a liberdade de decidir o que fazer em cada caso.

Esta mania é desastrosa, além de estúpida; que sabe a 5 de Outubro sobre se a melhor proposta educativa, em cada caso, é um “ensino vocacional” para um trirepente ou um currículo alternativo, se é um curso de padeiro ou de canalizador no 8º ano ou no 9º ano, se é um tempo de apoio especializado num “ninho”, como se faz no programa Fénix, ou a deslocação temporária para uma “turma mais”, de reforço educativo especializado, ou um apoio específico da EPIS e de mediadores familiares, tudo devidamente construído e sancionado pelo Conselho Pedagógico? Sim, sobre isto, que sabe a 5 de Outubro?

Perdemos, umas atrás das outras, as oportunidades para reforçar a autonomia das nossas escolas e para exigir a dedicação e o brio profissional aos nossos professores. Eles é que têm de saber, diante de normas nacionais gerais de gestão curricular, o que fazer em cada caso e em cada escola e concelho, em cooperação estreita com as famílias e em articulação com outros atores locais, como ocorre em qualquer tribunal, hospital e empresa (onde o ministro respectivo não decreta o modo de julgar ou curar ou competir em cada caso...). Desautorizamos, ano após ano, tomando este tipo de medidas, os órgãos de gestão pedagógica das escolas, eles que deviam responder publicamente pelos gigantescos recursos financeiros e técnicos que são, por nós contribuintes, colocados nas suas mãos.

O problema do 3º ciclo (e dos outros) é o insucesso da escola e dos alunos, não é a existência ou não de vias “vocacionais”; a criação destas serve bem para passarmos ao lado do magno problema, ampliando até alguns dos já existentes.

A mão educadora governamental, ano após ano, foge quase sempre para o lado errado (melhor seria não existir) e a trajetória das políticas desenha um risco

errático, desnecessário e contraproducente. O futuro, em termos de melhorar o sucesso escolar dos nossos alunos, tem sido muito bem apontado pelo Programa Mais Sucesso Escolar, que foi buscar práticas concretas e bem sucedidas a escolas portuguesas e as foi levando devagar, após a sua adoção consciente e ativa pelos professores e pelas escolas, com as necessárias adaptações e aprovações nos órgãos competentes, a centenas de escolas do país. São dinâmicas de sucesso geridas entre pares, que têm conduzido sistematicamente a melhorias de resultados escolares, mesmo os medidos por exames nacionais, e que têm semeado um rasto de brio profissional e esperança.

Com medidas deste tipo, mesmo enquadrando-as corretamente como “ensino vocacional”, estamos, no nosso contexto cultural, não apenas a estigmatizar publicamente pessoas, ainda crianças, como a contribuir para destruir uma imagem de qualidade que o ensino profissional tem vindo a imprimir e que tem de melhorar e muito.

E, afinal, porque é que complicamos tudo, se é tudo tão mais simples: basta-nos copiar o melhor de nós mesmos para sermos os melhores.

Porto, 2 de Setembro de 2012

Joaquim Azevedo

Professor Catedrático da Universidade Católica Portuguesa